

Percursos Históricos da Escola Primária em Mato Grosso

Historical Paths of the Primary School in Mato Grosso

Laura Isabel Marques Vasconcelos de Almeida^{a*}; Neuza Bertoni Pinto^b

^aUniversidade de Cuiabá, Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Ensino. MT, Brasil.

^bUniversidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação em Ciências e Matemática. MT, Brasil.

*E-mail: lauraisabelvasc@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo destacar os elementos da cultura escolar predominantes na Escola Primária mato-grossense, inventariados a partir da legislação e normas no período de expansão escolar em Mato Grosso. O estudo desenvolvido pelo viés histórico se ancora na abordagem da história-cultural e tem como fontes documentais, a legislação e o regulamento que definiram as diretrizes educacionais para a organização do Ensino Primário, levando em consideração os aspectos históricos, políticos e pedagógicos da época. O estudo aponta que apesar dos esforços, as Diretrizes Educacionais do Estado de Mato Grosso (1965) evidenciam a preocupação do Governo e a necessidade de melhoria no processo educativo das Escolas Primárias de Mato Grosso. No entanto, esta melhoria dependeria não apenas de boa vontade política, mas de uma proposta político-pedagógica direcionada ao Ensino Primário e a melhoria das condições de trabalho do professor na educação mato-grossense.

Palavras-chave: Escola Primária. Cultura Escolar. Diretrizes Educacionais.

Abstract

This article aims to highlight the elements of school culture prevalent in the primary school of Mato Grosso, inventoried from the legislation and norms during the school expansion period in Mato Grosso. The study developed by the historical bias is anchored in the approach of cultural history and has as documentary sources, legislation and regulation that defined the educational guidelines for the organization of primary education, taking into account the historical, political and pedagogical aspects of the time. The study points out that despite the efforts, the Educational Guidelines of the State of Mato Grosso (1965) show the government concern and the need for improvement in the educational process of primary schools in Mato Grosso. However, this improvement would depend not only on political goodwill but on a political-pedagogical proposal aimed at primary education and at improving the teachers' working conditions in Mato Grosso State's education.

Keywords: Primary School. School Culture. Educational Guidelines.

1 Introdução

O estudo tem como objetivo destacar os elementos da cultura escolar predominantes na Escola Primária mato-grossense que foram inventariados a partir da legislação e normas do período de expansão escolar no Estado de Mato Grosso. Pauta-se na legislação e no regulamento vigente da época que definiu as diretrizes e a organização do Ensino Primário no cenário educacional mato-grossense.

Embora cultura escolar não seja um conceito simples de delimitar são considerados neste estudo os elementos que ao longo dos anos de escolarização foram relevantes no espaço escolar: conhecimentos, valores, comportamentos, normas, atitudes que tenham assumido uma expressão peculiar na escola. Entende-se que tais elementos permearam as práticas de ensino contribuindo para a configuração de uma cultura escolar específica. Ao pensar sobre a escola e tudo que nesta está oculto é concebê-la como portadora de uma cultura peculiar, por meio da qual uma sociedade ou o indivíduo vive e pensa sobre sua relação com o mundo, com os homens e consigo mesmo, através de significados que são herdados e

construídos em épocas diferentes.

Por isso, as pesquisas desenvolvidas na abordagem histórico-cultural têm se dedicado a investigar as especificidades da disciplina escolar, buscando identificar alterações ocorridas nos programas curriculares, segundo registros localizados na produção escolar de um determinado momento histórico.

Muitos significados têm sido atribuídos à palavra cultura, porém se utiliza como referência, neste estudo, o conceito de cultura escolar a partir da concepção de Julia (2001), que a define como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar. Entende o autor que as normas e práticas precisam ser compreendidas no contexto histórico, uma vez que foram construídas para atender questões de ordens diversas como: religiosa, social, política, dentre outras.

Atentar para estes aspectos explicaria, segundo o autor, como os sujeitos estão diretamente envolvidos na obediência, ou não, das normas e no estabelecimento das práticas diárias do fazer escolar. É importante ressaltar que o conceito de cultura escolar busca destacar o lugar no qual estas práticas ocorrem

como também os indivíduos envolvidos neste processo.

Nesse sentido, analisar os elementos da cultura escolar do ensino primário implica também em desvelar os acontecimentos, que emergem de forma silenciosa ou conflituosa do seu funcionamento interno. Silenciosos pela ausência dos documentos, ou pouco conservados ou, ainda, não encontrados (JULIA, 2001). Isso significa que é a partir dos problemas que surgem nas relações estabelecidas no interior da escola, que esta deve ser analisada, visto que durante o conflito os sujeitos produzem diferentes modos de pensar e agir, em busca de alternativas para solução dos problemas. E, certamente, ao longo dos anos, as inovações do ensino provocaram muitas discussões, aceitações e resistências.

No entanto, Julia (2001) assevera que a cultura escolar não pode ser estudada sem levar em conta as normas que regem as escolas, a forma como os profissionais são subordinados a estas ordens e como reagem a estas, pois as normativas remetem às práticas e, destas emergem relações conflituosas ou pacíficas, que a escola mantém, em cada período de sua história. Neste contexto, o autor reconhece a importância de examinar atentamente a evolução das disciplinas escolares, enfatizando as formas como os conteúdos foram ensinados, atribuindo validade às fontes advindas da escola e que contemplam vestígios de uma cultura escolar a qual se busca compreender.

Entende-se que no processo histórico de sua construção, muitas práticas escolares foram modificadas, tempos e espaços foram reconfigurados e, neste contexto, novas regras foram estabelecidas e repensadas, isso em função da emergência caracterizada pelos novos tempos - tempos históricos - e pelos novos contextos - contextos particulares e peculiares a cada realidade escolar.

Portanto, cabe ao pesquisador reunir o que for possível, buscar os vestígios do passado das mais variadas formas, desvelando, assim, relações cotidianas vivenciadas pelos sujeitos que protagonizaram a história no cenário educativo da época, vivenciando estas transformações com a finalidade de conceber a escola como uma unidade com características próprias, impondo-se como referência de socialização, espaço reconhecido e legitimado por todos.

2 Material e Métodos

2.1 Expansão Escolar em Mato Grosso: aspectos históricos, políticos e pedagógicos

A dimensão metodológica da pesquisa se centra na abordagem histórico-cultural e se fundamenta nos aportes teórico-metodológicos dos autores: De Certeau (2010), Chartier (1990), Chervel (1990) e Julia (2001) e historiadores como Alves (1998) e Jacomeli (1998) considerados pela literatura mato-grossense como autores clássicos, que

discutem a cultura e a organização escolar de Mato Grosso desde os tempos de outrora.

O estudo desenvolvido pelo viés histórico se ancora na História Cultural e tem como fontes documentais a legislação, os regulamentos que definiram as diretrizes educacionais para a organização do ensino primário, levando em consideração os aspectos históricos, políticos e pedagógicos da época, momentos que marcaram a história da escola primária mato-grossense. Na perspectiva metodológica e histórico-cultural não há separação entre teoria e metodologia. A escolha das ferramentas históricas justifica, por si só, sua filiação metodológica a uma história cultural. De Certeau (1982) afirma que para a construção da escrita da história, o historiador trabalha sobre as fontes para transformá-lo em história. Neste sentido, o ofício do pesquisador é revestido de desafios, especialmente, quando se trata do uso de fontes para a produção de conhecimentos, transformando a matéria-prima.

O estudo também se alia às demandas sinalizadas nas pesquisas realizadas pelo GHEMAT Brasil¹. O grupo, ao identificar a necessidade de produzir trabalhos com contribuições de cunho histórico sobre o desenvolvimento da Educação Matemática no Brasil, relacionados ao ensino primário, tem estimulado o desenvolvimento de pesquisas neste campo e nível de ensino. No entanto, para construção deste artigo se faz necessário revisitar a história do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso.

A escola primária sempre foi considerada o alicerce fundamental, que antecede os demais níveis de ensino da Educação Básica no país. Entretanto, esta não é a lógica do ponto de vista histórico, sendo tardiamente objeto de atenção das políticas educacionais, tendo em vista que até o período republicano, o ensino elementar era função das famílias que possuíam condições econômicas para realizar esta tarefa.

Neste contexto, Chartier (1990) destaca que recuperar e conhecer uma história, seja do ensino ou de uma instituição escolar, requer a busca de procedimentos de acreditação articulados a valores, práticas e propostas pedagógicas, indícios ou vestígios que contribuem para presentificá-la. Entretanto, para elucidar a lógica deste processo se faz necessário compreender a função específica do Ensino Primário, no contexto histórico em que se insere e as reais necessidades que visa atender. Além disso, implica também em conhecer e pensar a respeito da organização curricular que, segundo Zotti (2004), pode ser forjada historicamente em consonância com o contexto econômico, com os valores e os ideais sociais que são produzidos em cada época.

Em Mato Grosso, o cenário educacional não foi diferente em relação aos grandes centros. Segundo a legislação, a Educação no Estado de Mato Grosso na primeira metade do

1 Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil criado em 2000. O Grupo, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq, coordenado pelo Professor Wagner Rodrigues Valente (UNIFESP - Campus Guarulhos).

século XX, seguindo a tendência nacional, foi marcada pelo ideário e princípios liberais que permearam as lutas políticas da América Latina, tanto os movimentos pela independência, quanto o posterior processo de formação das Repúblicas Latino-americanas, abraçaram esta concepção política e econômica, adotando as bandeiras de liberdade de ensino, de gratuidade, de obrigatoriedade e de laicidade no campo educacional (JACOMELLI, 1998).

Os anseios liberais e reformistas circularam por todo o país no decorrer das décadas de 1910 a 1940. As ideias de progresso e de modernização foram incorporadas não só ao discurso de intelectuais e políticos, como foram materializadas na maioria das reformas iniciadas nas jurisdições estaduais da República Brasileira.

O Estado de Mato Grosso, apesar de estar fora do círculo capitalista de modernização econômica - que implicava um processo de crescente industrialização e urbanização - também procurou desencadear condições de infraestrutura (estradas, ferrovias, pontes, entre outros), buscando alavancar o seu desenvolvimento. Assim, foram ensaiadas mudanças econômicas e políticas, sendo que no âmbito da educação¹ foram implantadas as reformas da instrução pública de 1891, 1910, 1927, dentre outras. O clima de ideias e debates modernizantes conduziu, então, o processo de organização do Estado burguês, repercutindo nos Estados Federados, que apontaram como motor de mudança e de progresso a implantação de um sistema de Ensino Público, gratuito, obrigatório e laico, embora em muitos Estados, o projeto reformista tenha permanecido apenas no papel, ou em tímidos empreendimentos de criação de umas poucas escolas primárias, orientadas à alfabetização.

No ano de 1910, no Governo de Pedro Celestino Correa da Costa (1908-1911), foi implantada uma série de reformas, destacando-se a da Escola Normal da capital, regulamentada pelo Decreto 266, de 3 de dezembro de 1910, sendo que sua orientação pedagógica sofreu influências das ideias paulistas trazidas por especialistas contratados pelo Estado, como se evidencia na Mensagem do Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa à Assembleia Legislativa, em 13 de maio de 1910:

Nenhuma reforma eficaz é possível na instrução primária

sem a conveniente habilitação das escolas dessa categoria, e sem o mais que se reger para a proficuidade dellas. Está o governo aparelhado para melhorar a parte material da instrução, proporcionando-lhe os recursos necessários, mas faltam-lhe bons professores para todas as localidades, como é para desejar, e isso só se conseguirá com o tempo, preparando moços para o magistério publico que deve tomar-se atrahente e de real proveito para a sociedade. Convencido da necessidade urgente que há de cuidarmos do futuro da instrução popular [...] e convencido também que o primeiro passo a dar para esse fim é a formação de bons professores, mandei contractar dois normalistas em São Paulo, com o fim de crear aqui uma Escola Normal de que havemos mister para a realização desse importante objetivo: esperando que me habilitarei para levá-lo a effeito nas condições desejáveis (MATO GROSSO, 1910, p.7).

Em 1914, no Governo de Joaquim Augusto da Costa Marques (1911-1915), a estrutura da Escola Normal foi reformulada, mantendo-se até o segundo mandato de Pedro Celestino (1922-1926), quando foi introduzida uma nova reforma, contando com a participação de um técnico especializado. A escola passou por um período de expansão e de desenvolvimento, formando um número considerável de mestres. Porém, lentamente, o Ensino Normal entrou em decadência e descrédito e, em 1937, no Governo de Julio Strubling Muller (1937-1945)³, essa escola acabou sendo desativada.

As atenções desse Governo se voltaram para a modernização e remodelação da capital, acompanhando o ritmo desenvolvimentista do Sul do Estado, como consequência da proximidade e maior comunicação com os centros mais adiantados do país, devido a sua posição geográfica e a utilização do transporte ferroviário.

Neste período, o Brasil experimentava um processo de intensas mudanças sociais acompanhadas do fortalecimento e predomínio de algumas unidades federadas, que tinham a hegemonia das decisões econômicas e políticas do país, por meio do controle do aparelho de Estado. Esta situação repercutiu na área educacional.

Mato Grosso foi um Estado marcado por muitas mudanças significativas em vários setores e, no intuito de se compreender melhor como era organizado o Estado mato-grossense, nas décadas de 1920 a 1940, no que concerne à educação, acredita-se ser condição *sine qua non* reportar

2 Mato Grosso, assim como outros Estados recebeu a influência direta da reforma paulista, como mostram recentes pesquisas sobre a educação mato-grossense desse período (ARAUJO, 1997; JACOMELLI, 1998; SIQUEIRA, 2000; ALVES, 2001). Com isso, o primeiro regulamento do ensino no Estado do período republicano foi conhecido ainda no século XIX, mediante o Decreto nº 10, de 7 de novembro de 1891, durante o mandato do presidente Dr. Manoel José Murinho (1891-1892). Nesse contexto, como consequência das reformas educacionais emergiu a instituição escolar formadora de professores. A primeira Escola Normal Primária da província foi instalada em 1840, no governo do Presidente Cônego José da Silva Guimarães (1840-1843), dirigida pelo professor Joaquim Felicíssimo de Almeida Louzadas, que realizou um estágio de especialização na Escola Normal Fluminense, em Niterói, a fim de se preparar para tal tarefa. Mas, a escola ficou aberta por um breve período, sendo desativada logo no início do governo do Tenente-Coronel Ricardo José Gomes Jardim, em 9 de novembro de 1844. A sociedade mato-grossense ficou sem uma instituição formadora de professores durante trinta anos. Somente em 9 de julho de 1874, o Barão de Diamantino sancionou a Lei nº 13, mediante a qual criava um curso normal na cidade de Cuiabá, instalado solenemente no dia 3 de fevereiro de 1875. No entanto, com a criação do Liceu de Línguas e Ciências, pela Lei nº 536, de 3 de dezembro de 1879, esse curso foi sendo absorvido pela nova instituição, uma vez que o Liceu tinha como finalidade habilitar professores para o magistério primário. A Escola Normal, como se pode observar, caracterizou-se por um processo constituído de rupturas e interrupções. Apesar de reiteradas solicitações oriundas dos dirigentes de ensino para que essa escola ficasse como uma unidade independente, durante vários anos, não ocorreram mudanças a respeito desta instituição formadora.

3 Durante o Estado Novo (1937-1945), instituído a partir de 10 de Novembro de 1937, os governadores, passaram a ser chamados de Interventores Federais, conforme Carta Constitucional da República, de 10 de Novembro, que também extinguiu os Partidos Políticos no Brasil.

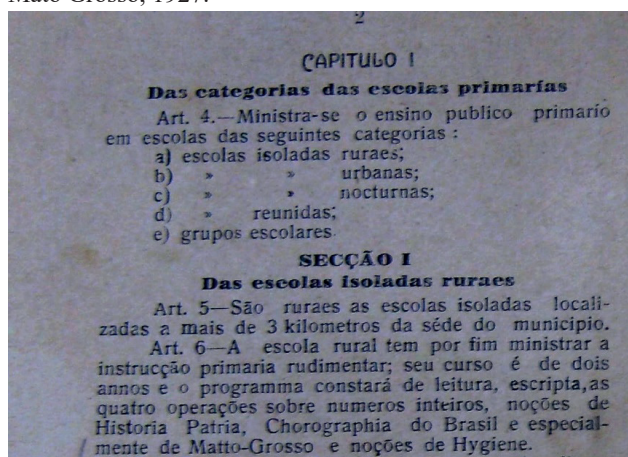
para esse passado que, historicamente, interfere no futuro, fazendo-se necessário conhecer aspectos daquele tempo para se compreender melhor o presente.

No período em que transcorreram estas décadas, Mato Grosso foi governado por diferentes dirigentes e, segundo os estudos de Alves (1998a), para atender as necessidades do ensino mato-grossense, o Presidente Mario Corrêa da Costa assinou em 22 de abril de 1927, o Decreto nº 759, que instituiu um novo regulamento para a instrução pública de Mato Grosso (1998, p.73). Segundo a autora, o decreto se destacou pela sua longevidade, permanecendo em vigor até 1952, época em que foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Primário, em âmbito federal.

De acordo com este Regulamento, o ensino era leigo, obrigatório e gratuito. A gratuidade visava sanar as dificuldades encontradas para o cumprimento da obrigatoriedade escolar instituída pela Resolução nº 779 de 1918. Assim, pelo novo Regulamento, as escolas foram divididas em Isoladas, Rurais, Noturnas, Reunidas e Grupos Escolares e, na tentativa de uniformizar o ensino no Estado, todas as escolas deveriam adotar os mesmos conteúdos, com variações apenas na duração dos cursos.

Ainda, de acordo com o Art. 6 do Regulamento da Instrução Pública Primária, as disciplinas básicas eram: Leitura, Escrita, As quatro operações sobre Números Inteiros, Noções de História da Pátria, Chorografia do Brasil, de Mato Grosso e noções de Higiene. Segundo o regulamento, nas escolas rurais, o curso primário era ministrado em dois anos e, nas demais, em três anos, conforme indica a Figura 1.

Figura 1 - Regulamento da Instrução Pública Primária de Mato Grosso, 1927.



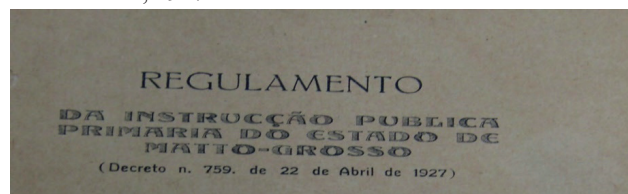
Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso.

No entanto, um dos pontos principais do Governo do Estado de Mato Grosso era a criação dos grupos escolares que, reunindo um número maior de alunos, facilitaria o controle pedagógico e a aquisição de recursos e materiais didáticos. A organização dos programas e dos currículos dos Grupos Escolares de Mato Grosso estava intimamente ligada à organização do tempo escolar, conseqüentemente, aos métodos, e a distribuição das turmas e das classes.

Os programas de ensino eram desenvolvidos com o método intuitivo⁴. Foi introduzido o método analítico⁵ no ensino da leitura, o que provocou transtornos devido à falta de preparo de alguns professores. O método analítico tinha como pressuposto os processos de análise e de síntese, tendo a palavra ou a sentença como ponto de partida. Este método tem como princípio: “ir do complexo ao simples e do concreto ao mais abstrato” (MICOTTI, 1970, p.54).

Baseado no Relatório apresentado no ano de 1931 ao Diretor da Instrução Pública, o Diretor do Grupo Escolar de Cáceres, Julio Viégas⁶ faz alusões ao método analítico e ressalta: “O ensino analítico da leitura provocou, por muito tempo, o mais profundo pesadelo aos responsáveis pela infância cacerense. Isso se dava pelas limitações de alunos e professores na adoção dos novos métodos de ensino”. Conforme o artigo 91, da Instrução Pública de 1927, os professores deveriam conduzir os alunos de acordo com a capacidade de cada um, promovendo o desenvolvimento harmônico de todas as faculdades para transformá-los em colaboradores infantis. Com a adoção destas medidas, percebe-se o esforço dos educadores de Mato Grosso em adequar a escola ao meio social e, ao mesmo tempo, acompanhar as reformas nacionais.

Figura 2 - Regulamento da Instrução Pública Primária de Mato Grosso, 1927.



Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso.

Pelo Regulamento, o provimento de professores para as Escolas primárias e Grupos Escolares se daria mediante concursos. Para os grupos escolares, além de experiência no Magistério se exigia também o diploma do Curso Normal. Entretanto, para atender a demanda de todo o Estado, havia apenas duas escolas: uma em Cuiabá e outra em Campo

4 O método intuitivo surgiu na Alemanha no final do século XVIII pela iniciativa de Basedow, Campe e, sobretudo, de Pestalozzi. Consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento, isto é, a compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação. Um dos manuais mais utilizados para a divulgação do método intuitivo no Brasil foi o Lições de Coisas, de Norman Allisson Calkins, traduzido para a Língua Portuguesa por Rui Barbosa, em 1881, e impresso em 1886. O livro era dirigido a pais e mestres que desejassem ensinar através do método intuitivo. Segundo definição do próprio Calkins, as principais forças da inteligência empregadas pelo menino na formação de suas ideias são os sentidos, que fornecem a percepção dos objetos, que levam à formação de concepções, que a memória retém ou evoca. Por sua vez, neste método, o exercício da imaginação imprime novas formas à ideias percebidas, e o raciocínio procede ao exame dessas ideias, formando juízos (SOUZA, 1996).

5 Regulamento da Instrução Pública de MT, Artigo 91, parágrafo 5º, 1927.

6 Relatório apresentado ao Diretor de Instrução Pública, 1931.

Grande. Vale lembrar que o período investigado é anterior à divisão do Estado. Dessa forma, o discurso corrente demonstra a fragilidade de organização do sistema educacional mato-grossense, tendo em vista sua vastidão territorial. Daí não se ter a garantia de formação de todo o corpo docente, devido às distâncias entre as Escolas Normais e os professores espalhados no interior do Estado.

De acordo com Alves (1998a), através da análise de discursos governamentais e autoridades educacionais e, ainda, de documentos da época, depreende-se que o ensino em Mato Grosso, nas primeiras décadas do século XX, esteve diretamente atrelado com questões políticas. Desse modo, as mudanças verificadas na Educação visavam o atendimento às necessidades das camadas dominantes e não aos anseios da população.

O Regulamento de 1927 contribuiu para fortalecer a autonomia da diretoria da Instrução Pública, no processo de criação de escolas, papel que anteriormente era desempenhado pelos juízes de paz e líderes locais, favorecendo a utilização de professores como “galopins eleitorais”. Entretanto, o processo de expansão escolar, no Estado, pouco alterou a situação de miséria e ignorância da maioria da população, que continuava espalhada pelo interior, no qual o ensino era ineficaz e quase

nulo (ALVES, 1998a, p.149).

Nos seus estudos a autora assevera que as modificações introduzidas no ensino mato-grossense se diferenciavam das propostas educacionais de outros Estados brasileiros, as quais se pautavam nos princípios da Escola Nova. Enquanto a maioria dos educadores apontava para mudanças radicais no ensino, os responsáveis pela reforma em Mato Grosso, reafirmavam os princípios pedagógicos do Regulamento de 1910. Este fato parece indicar que a proposta escolanovista não foi aplicada no Estado, na década de 1930, nem durante o período em que vigorou o regulamento de 1927 (ALVES, 1998a, p.149).

Ainda, segundo Alves (1998a), com a implantação das Interventorias em Mato Grosso, após a Revolução de 1930, o ensino se tornou tão instável quanto o processo político. Os Estados da Federação, no período de 1930 a 1945, passaram a ser governados por interventores nomeados diretamente por Getúlio Vargas. Mato Grosso foi dirigido por nove interventores. Apenas Julio Strubing Muller⁷, o último deles, permaneceu no poder por oito anos. Os demais tiveram períodos efêmeros, indicando que este foi um período de grande instabilidade política, como se observa no Quadro 1.

Quadro 1 - Governantes de Mato Grosso, 1930-1945

Período		Governante	Tempo de Governo
Novembro 1930	Abril 1931	Antonio Mena Gonçalves	5 meses
Abri. 1931 a	Junho 1932	Artur Antunes Maciel	1 ano e 2 meses
Junho 1932 a	Outubro 1934	Leônidas Antero de Mattos	2 anos e 4 meses
Outubro 1934	Março 1935	César de Mesquita Serva	5 meses
Março 1935	Agosto 1935	Fenelon Muller	5 meses
Agosto 1935	Setembro 1935	Newton Cavalcanti	2 meses
Setembro 1935	Março 1937	Mário Corrêa da Costa	1 ano e 6 meses
Março 1937	Outubro 1937	Manuel Ari da Silva Pires	7 meses
Outubro 1937	Novembro 1945	Julio Strubing Muller	8 anos

Fonte: Siqueira (2002).

Além da crise econômica que abalava o país, uma das grandes preocupações dos Interventores do Estado, citadas nas mensagens, referiam-se às características peculiares de Mato Grosso, dentre estas, a pequena densidade populacional, aliada com sua distante localização em relação aos centros dinâmicos da economia nacional.

Vale ressaltar que até a década de 1930, em Mato Grosso só era ministrado o ensino primário e secundário, inexistindo a educação pré-escolar dos jardins da infância, assim como a instrução superior. Quanto ao ensino profissional existia, exclusivamente, o curso normal, para a formação de professores.

Devido à descentralização do ensino, desde 1934, tanto o ensino primário como o secundário, eram de responsabilidade

dos Estados da Federação. Eram de sua competência a ampliação e o melhor aparelhamento das casas de ensino, o reparo de prédios, o serviço de inspeção escolar, a criação de outros estabelecimentos de ensino para atender à superlotação escolar que se acentuava de ano para ano, bem como ficava a seu encargo a confecção de folha de pagamento dos professores contratados e de todos os funcionários vinculados à Diretoria da Instrução Pública.

Os estudos de Alves (1998a) destacam que a instauração do Estado Novo trazia no discurso propostas de reajustamento do país às necessidades econômicas. A proposta de Getúlio Vargas defendia um regime forte de paz, de justiça e de trabalho. Contudo, o país foi reorganizado de acordo com os interesses das camadas sociais no poder e da burguesia, em

⁷ Julio S. Muller, foi eleito governador do Estado de Mato Grosso, pela Assembléia Legislativa no dia 13 de Setembro de 1937. Durante o Estado Novo, instituído a partir de 10 de Novembro de 1937, os governadores passaram a ser chamados de Interventores Federais conforme Carta Constitucional da República, de 10 de Novembro, a que também extinguiu os Partidos Políticos no Brasil.

particular a burguesia industrial.

Em 1937, foi extinta a Escola Normal e instituídos os cursos complementares, de apenas um ano, que não garantiam a formação dos docentes. Com o advento do Estado Novo e da Campanha “Marcha para o Oeste”⁸, na década de 1940, reforçou-se a utilização da escola como instrumento de manutenção da ordem, divulgação das novas ideias político-econômicas e sociais e força de atração no processo de colonização do Estado.

Em todo país a campanha contra o analfabetismo havia sido implementada através da divulgação da imprensa e do rádio. Importava para o Estado Novo a adequação da escola às necessidades do mercado de trabalho, uma vez que Vargas havia adotado uma política nacionalista, com ênfase ao processo de industrialização do Brasil, frente ao imperialismo norte-americano. Para tanto, Vargas adotou uma política de intervencionismo estatal e nacionalismo econômico. Em relação à educação, oficializou o ensino profissional voltado para as classes menos favorecidas, particularmente, aos filhos dos operários, instituindo a discriminação social através da escola (ALVES, 1998a, p. 110).

Usava-se o argumento de que se “libertaria” o povo brasileiro através da educação e da instrução. Importa ressaltar que a campanha pela alfabetização teve uma boa aceitação pela população, pois era vista como o melhor caminho, sem se questionar as condições nas quais este discurso era produzido. Para Getúlio Vargas, o volume de iletrados constituía obstáculo

ponderável ao desenvolvimento das atividades produtivas, daí a necessidade de se alfabetizar para “libertar” o país dos males causados pelo analfabetismo (ALVES, 1998a, p.111).

Em 1937, com a instalação do Estado Novo, permaneceu no Governo de Mato Grosso, o Sr. Julio Muller, eleito no processo sucessório e colocado como Interventor do Estado até 1945. Com o pretexto de expandir o ensino, este Interventor utilizou a escola primária para projetar a imagem de Getúlio Vargas, criando, em 1941, uma centena de escolas rurais, dentre as quais dezenove receberam a denominação de “Presidente Vargas”. Este fato representou um dos maiores paradoxos do ensino mato-grossense, pois de acordo com Alves (1998a) se expandia o ensino rural, que sempre havia sido visto como inútil no Estado. Aos poucos se oficializava a expansão de uma educação desacreditada e se acentuava a dicotomia: uma escola para os privilegiados e outra para os menos favorecidos.

Com o fim do Estado Novo e do período de Interventorias foi criado, em 1946, em Cuiabá, o Departamento de Educação e Cultura, em substituição à Diretoria da Instrução Pública. Entretanto, continuava em vigor o Regulamento de 1927, que somente foi revogado em 1952, com a criação da Lei Orgânica do Ensino Primário.

Entre os anos de 1944 a 1949 houve um sensível aumento do número de escolas e professores em Mato Grosso. De acordo com a Mensagem de 1949, o ensino público estava assim organizado, conforme aponta o Quadro 2.

Quadro 2 - Ensino Público em Mato Grosso, 1949.

Especificação	Ensino Primário		Ensino Secundário	
	Unidades Escolares	Matrícula	Unidades Escolares	Matrícula
Escolas Isoladas	477	6.443	-	-
Escolas Reunidas	36	2.242	-	-
Escolas Noturnas	161	4.163	-	-
Grupos Escolares	11	7.081	-	-
Colégios Estaduais	-	-	01	567
Ginásio C. Grande	-	-	01	377
Ginásio M ^a Leite	-	-	01	177
Ginásio 2 de Julho	-	-	01	134
Ginásio 11 de Março	-	-	01	47
Escola Técnica do Comércio de Cuiabá	-	-	01	119
Escola Normal P. Celestino	-	-	01	*
Escola Normal J. Murtinho	-	-	01	*
Escola Doméstica D. Júlia	01	71	-	-
Total	686	20.000	09	1.486

Fonte: Alves (1998).

Em Mato Grosso, a Educação era colocada como uma das preocupações do Governo, contudo, segundo Alves (1998a), o que se verificava na prática era o predomínio de escolas

isoladas, criticadas desde as primeiras décadas da República como ineficientes. Destacavam-se apenas os Grupos Escolares e as Escolas Reunidas Urbanas, nos quais se aplicavam métodos

⁸ No Brasil, com a entrada de Getúlio Vargas na presidência, foi fechado o Congresso e determinado o Estado Novo. O governo Vargas tomou feições de uma ditadura, outorgou uma Constituição que lhe conferia total controle do poder executivo, nomeou interventores nos Estados dando-lhes autonomia na tomada de decisões. A “marcha para o Oeste” foi uma ação governamental na tentativa de ocupar e explorar as áreas menos povoadas, distribuindo melhor a população brasileira que se concentrava, principalmente, no litoral do Brasil, objetivando o desenvolvimento do país.

mais modernos. Os prédios apresentavam melhores condições e o quadro de professores se tornava mais qualificado.

3 Resultados e Discussão

3.1 Diretrizes Educacionais para a Escola Primária em Mato Grosso

Considerando que a escola oferece informações sobre a produção do conhecimento que não são encontradas, no nível de sua produção, dentro da Ciência ou em outras instâncias da sociedade (CHERVEL, 1990), dirigem-se os estudos para a investigação da História da Educação matogrossense, utilizando fontes históricas como a legislação, regulamento e o registro geral do estabelecimento, além de outros documentos escolares portadores de vestígios da cultura escolar.

No cenário brasileiro, a luta ideológica em torno dos problemas educacionais tinha como proposta central uma ação mais objetiva do Estado, em relação à Educação em todo o país. Iniciada no final da década de 1920, no âmbito nacional, foi bruscamente interrompida com o estabelecimento do Estado Novo. Posteriormente, surge o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova⁹, que propunha dar uma direção mais firme ao movimento renovador, descentralizando o ensino, definindo-o objetivamente e propondo um programa de reconstrução educacional de âmbito nacional.

Nesta época, o ensino primário não havia recebido qualquer atenção do Governo central, estando os sistemas de ensino ligados à administração dos Estados e, portanto, sujeito às condições destes para legislar e inovar. Não havia diretrizes para este nível de ensino e isso era uma tradição que estava ligada à herança colonial. A ausência de diretrizes criava uma desorganização completa no sistema, já que cada Estado inovava ou abandonava, de acordo com seus interesses políticos.

Segundo Romanelli (2007), com a queda de Vargas e com a instalação do Governo Provisório, após a mudança de regime, procurou-se organizar o ensino primário através do Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Primário.

Em 1946, com o retorno à normalidade democrática e com a adoção de uma nova Constituição, estabelecia-se que à União cabia legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (art. 5º). Essa Constituição se aproximava muito da Constituição de 1934, inspirada nos princípios proclamados pelos Pioneiros, fugindo da inspiração da doutrina econômica dos séculos anteriores e inspirando-se nas doutrinas sociais do século XX. Foi baseada nesta doutrina que, no ano de 1948,

o Ministro da Educação, Clemente Marani, deu entrada a um projeto de reforma geral da educação nacional, continuando a luta ideológica iniciada na década de 1920, intensificando-a sobremaneira (FAZENDA, 1988). Entre os tópicos da discussão havia o da centralização-descentralização, que refletia o período de transição em que viviam os meios políticos nacionais, pois parecia impossível, na época, pensar em um sistema educacional capaz de viver sem controle rígido do Governo Federal.

Posteriormente, o Governo de Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1960) se caracterizou pela criação de uma política voltada para o desenvolvimento econômico dependente, na medida em que o Programa de Metas - uma das mais importantes realizações desse Governo - fortalecia o setor privado, sobretudo ligado ao capitalismo mundial (FAZENDA, 1988).

Com JK, a industrialização seria antes de tudo um dever, uma condição de vida, o que certamente alterou, de modo substancial, as relações entre Poder Público e sistema econômico. Isso leva a pensar que no Governo JK, seu compromisso era exclusivamente ideológico e tático, o mesmo ocorrendo no aspecto educacional, pois neste Governo houve a preocupação de adequar a política educacional às necessidades do desenvolvimento econômico. Isso significa que pouca alteração houve com esta nova proposta, que havia sido baseada em uma iniciativa de caráter meramente ideológico, não atendendo às necessidades da realidade em questão.

Apesar da curta permanência de Jânio Quadros no poder (1961), a educação se apresentou como elemento-chave no desenvolvimento nacional. Para este governante, a educação deveria ser um movimento de âmbito nacional, com o objetivo de combater de forma implacável o analfabetismo no país. No entanto, isso ficou em nível de proposta.

No ano de 1961, João Goulart (1961 a 1964) assumiu o poder e criou o Conselho Federal de Educação, que passou a controlar o como fazer a educação no país. Neste mesmo período foi realizada a Conferência de Santiago do Chile, que contribuiu com fatores determinantes rumo às reformas posteriores.

De acordo com Fazenda (1988), as Conferências Nacionais de Educação tiveram o papel de consolidar a política educacional do Estado, através de governantes como Castello Branco, Costa e Silva e Médici, dando início, no ano de 1964, a um novo ciclo de discussões e debates no país, que perpassa as décadas de 1970 e 1980, permanecendo até os dias atuais.

9 No final da década de 20, um movimento para modernizar a educação desencadeou uma primeira luta ideológica que culminaria na publicação "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional", em 1932, que ajudou a redefinir o papel do Estado na Educação. O movimento escolanovista inspirava-se nas idéias do professor John Dewey, da Teachers College Columbia University, que apontava a ligação entre democracia e educação na prática da cidadania. O ponto de partida foi a observação; o professor deveria colocar o aluno em contato com as coisas e fatos, ensinando-o a desenvolver capacidade de observação. O Manifesto dos Pioneiros tentava chamar a atenção para a relação entre educação e desenvolvimento, opondo-se à improvisação das reformas esparsas. O manifesto propunha a unificação de toda a estrutura nacional, da pré-escola à universidade, buscando uma homogeneização do ensino, procurando eliminar a duplicidade do sistema de ensino, que dividia o ensino primário e profissional, para suprir a demanda de mão de obra e o ensino secundário e superior, para formação da classe dominante (MARCILIO, 2001, p.8).

Testemunho disso é o aumento significativo dos registros de Congressos, de Conferências, de Encontros e de Seminários de Educação que vêm ocorrendo por todo o Brasil, reunindo um número cada vez maior de participantes e retomando a questão da dimensão do homem, enquanto cidadão, sem isolá-lo do seu trabalho.

Neste cenário, Mato Grosso, ainda em expansão na década de 1960, conta com 64 municípios e, estes, por sua vez, com 173 distritos. Com a finalidade de dar sentido à educação através da escola pública, o governador Fernando Corrêa da Costa e o secretário Hermes Rodrigues de Alcântara resolveram racionalizar a atuação governamental no setor da educação, elaborando as “Diretrizes para a Educação em Mato Grosso” (1965). O documento retratou a situação educacional do Estado e estabeleceu metas e objetivos a serem alcançados em todos os municípios.

De acordo com as Diretrizes, todos os documentos sobre a Educação em Mato Grosso são unânimes em apontar as deficiências do ensino ministrado, principalmente, pela falta de uma política educacional. Até o ano de 1960, de acordo com o documento, o Estado contava apenas com nove especialistas em Educação. Na falta de uma Política Educacional que gerasse programas racionais para a atuação desses técnicos, os mesmos eram subutilizados em funções que não justificavam o investimento de capital dispendido nas suas formações. Com isso, o Estado, despertando para a gravidade da situação educacional viu-se ao mesmo tempo despreparado em recursos humanos, que lhe pudessem servir de instrumento no ataque ao problema.

Todavia, a partir de 1961, persistindo a alegação da falta de uma Política Educacional, o Governo passou a se preocupar mais com a formação de pessoal, investindo nos técnicos que se deslocavam para os grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, nos quais receberam a formação durante o período de seis meses a um ano, atingindo no ano de 1963, o número de 199 técnicos de ensino (1965, p.102).

Ainda, de acordo com as Diretrizes, os currículos do curso de formação não se destinavam, especificamente, às necessidades do ensino mato-grossense (1965, p.103). Neste período, o Ensino Primário contava com 78,7% de professores leigos e, muitos deles, sem o curso primário completo, pois, na época, as Escolas Normais, segundo o documento, não estavam aptas para formar os professores que o Estado necessitava. Contudo, o Estado não podia ficar sem os serviços dos professores leigos. Em relação ao nível médio, os profissionais eram formados em outras áreas, mas sem a formação específica para o Magistério.

Para o treinamento do pessoal do Magistério, o Estado contava com prédio próprio, cedido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, instalado como um Centro

de Treinamento do Magistério (CTM), que também havia sido utilizado para a formação de Supervisores de Ensino e professores especializados em outras atividades didático-pedagógicas. O CTM em pleno funcionamento tinha por meta formar 400 professores ao ano, devendo os seus estabelecimentos escolares atender a 3.000 escolares/ano.

Nas dependências do CTM se encontrava, em fase de experiência, o Museu de História, Geografia e Etnologia do Estado. O museu, criado pela Lei nº 594 de 13 de outubro de 1953, apesar de não se encontrar definitivamente instalado, apresentava alguns acervos e modesto equipamento. De acordo com as Diretrizes, o Departamento de Educação e Cultura era composto por uma Diretoria Geral, uma seção de expediente e quatro divisões. Havia também a Inspeção Regional, dirigida por um Inspetor que, segundo o Decreto nº 458, tinha a tarefa de verificar os métodos de ensino em caráter transitório (1965, p.105).

O Regulamento da Instrução Pública de 1927, que consolidou as regras do Ensino Primário Público, no Estado de Mato Grosso até meados da década de 1950, ressaltava a presença do Inspetor de Ensino, prescrevendo: “haverá no Estado, um ou mais inspetores gerais do ensino subordinados ao diretor geral”. Este cargo deveria ser preenchido não só por pessoas do Magistério, como por outras de reconhecida competência e operosidade, a juízo do Governo. Estes funcionários deveriam ter a sua sede nas respectivas circunscrições, em cidade determinada pela Diretoria Geral da Instrução e percorrerão, incessantemente, os municípios. O objetivo era “inspeccionar e fiscalizar todas as escolas (MATO GROSSO, 1927, art. 157-159).

Nas Diretrizes de 1965, no item 7 do artigo 6º, essa verificação deveria:

Impor as penas de sua competência, e também, considerando-se as distâncias geográficas que separam as sedes de Inspeções da sede do Departamento de Educação, podem gerar situações embaraçosas, mormente, quando de introdução de Novos Métodos (DIRETRIZES, 1965, p.105).

Pela análise do documento, a inspeção escolar configura uma política nacionalista de caráter autoritário, disciplinador e subalternizador das políticas e das práticas pedagógicas nas escolas primárias, possibilitando, sobretudo, a formação dos educandos nos termos registrados pelos documentos oficiais deste período ditatorial. O documento revela que sua função era garantir que as determinações superiores fossem cumpridas sem o menor exame das condições concretas dos educandos, em sua realidade local, isto ficou claro no Registro de Visitas Oficiais de 1943, destacadas nas imagens.

O Registro Geral do Estabelecimento Escolar de 1943 pertence à professora Castorina Sabo Mendes, que dedicou toda sua vida ao Magistério, especificamente, ao Ensino Primário. De acordo com Souza (2006), a professora

10 A professora Castorina Sabo Mendes faleceu no ano de 2008, com 101 anos de idade, na cidade de Diamantino. Concedeu sua última entrevista no ano de 2006, com 99 anos, à professora Terezinha Fernandes Martins de Souza contribuindo de forma singular com sua pesquisa de Mestrado na UFMT.

Castorina¹⁰ começou sua carreira no Ensino Primário, na década de 1930. Segundo a autora, impossibilitada de conversar com tranquilidade devido à saúde frágil¹¹, sua

contribuição ocorreu por meio das fontes documentais, como os Registros do Estabelecimento Escolar por ela produzidos, conforme apontam as imagens da Figura 3:

Figura 3 - Registro Geral do Estabelecimento Escolar Prof.^a Castorina Sabo Mendes, 1943.

DATA	NOME DO VISITANTE	CARGO	DECLARAÇÃO DO VISITANTE
25-5-43	Francisco A. Ferreira Mendes	Diretor Geral de Instrução	Visita feita nesta escola pela 2ª vez, tendo assistido ao trabalho por duas horas.

DATA	NOME DO VISITANTE	CARGO	DECLARAÇÃO DO VISITANTE
25-5-43	Augusto Moreira da Silva Filho	Inspetor de Ensino	Visitando esta escola pela Escola Urbana no presente município com sede nesta cidade de Diamantino por esta professora Castorina Sabo Mendes encontrando em funcionamento com a presença de 14 alunos, havendo 2 faltas, achando-se organizada a disciplina, observando-se boa ordem e disciplina e regular apresentação dos alunos pela qual julgo bom o funcionamento da mesma.

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Plácido de Castro - Diamantino/MT.

O primeiro documento destaca a visita do Diretor Geral da Instrução, Francisco A. Ferreira Mendes, na 1ª Escola Urbana do Sexo Masculino¹², da cidade de Diamantino no dia 25 de maio de 1943. Na mesma data, consta também o registro de visita do Inspetor de Ensino Augusto Moreira da Silva Filho que faz alusões aos dados estatísticos do número de matrículas dos alunos e relata a situação do ensino na referida escola. No mínimo, um fato curioso, as duas autoridades presentes na mesma instituição levam a indagar: Seria mera coincidência a visita dos superiores na mesma data à instituição? Por que o Diretor da Instrução registrou sua visita à escola no diário da professora, tendo a presença do Inspetor? Teria realizado a visita com outros fins? Seria para constar que aquela autoridade escolar esteve visitando a escola?

Com a intenção de se elucidar os questionamentos, de acordo com o Regulamento da Instrução Pública Primária de Mato Grosso, de 1927, competia aos inspetores, dentre outras funções, apresentarem um relatório minucioso ao Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso, informando os acontecimentos observados por ocasião de sua visita. Portanto, relatar periodicamente os acontecimentos, fruto das observações feitas sobre as atividades escolares, era parte integrante do trabalho dos inspetores.

Pelo fato das atribuições da inspeção escolar estar mais voltadas aos aspectos administrativos e burocráticos, não se percebe nos relatórios desses inspetores, maiores preocupações com os aspectos pedagógicos do ensino. Limitam-se a mencionar a “boa ordem e disciplina e o desempenho dos

alunos”, o que, de certo modo dificulta saber a qual disciplina escolar este funcionário do Governo se refere.

Os registros, além de fornecerem informações das vivências e práticas cotidianas da escola, serviam para municiar o órgão competente sobre o que estava acontecendo na escola, de forma a possibilitar uma intervenção nos processos internos, garantindo, com isso, o controle e o acompanhamento da funcionalidade do projeto de escola que se queria.

No Estado de Mato Grosso, os problemas que antecedem a aplicação das Diretrizes estão relacionados à ausência de uma Política Educacional, em longo prazo, a falta de qualificação do Magistério, com 78% de professores leigos no Ensino Primário e a quase totalidade no nível médio, sem formação específica.

De acordo com o Governo Fernando Corrêa da Costa, os problemas educacionais do ano de 1965, poderiam ser analisados em quatro categorias: Estrutura socioeconômica; Falta de recursos humanos e financeiros; Problemas Institucionais e problemas decorrentes da interferência externa: os condicionamentos que vêm de fora para dentro do Estado.

Segundo as Diretrizes Educacionais do Estado de Mato Grosso (1965), das quatro categorias, as três primeiras guardam reciprocidade de causa e efeito; enquanto que a última é o fator que mais interfere. O Governo Fernando Corrêa da Costa reconhece que as novas solicitações não podem ser mais satisfeitas pelo sistema educacional vigente, decorrem mais dos progressos da humanidade que das opções

¹¹ Segundo suas filhas e pessoas da família, a professora Castorina Sabo Mendes continuou lúcida e lembrando aspectos importantes do passado, porém, a sua audição bastante debilitada a impossibilitava de estabelecer um diálogo com a pesquisadora (SOUZA, 2006, p.108).

¹² Passavam à categoria de Escola Urbana, as Escolas Rurais existentes no raio de três quilômetros da respectiva sede do município. O curso primário era de três anos e poderiam ser masculinas, femininas ou mistas. As duas últimas deveriam ser regidas somente por professoras (art. 255 do Regulamento da Instrução Pública de 1927). Este artigo contribuiu para expandir o número de mulheres no magistério no ensino primário (SIMIÃO, 2004, p.71).

conscientes da sociedade local. Aponta ainda a necessidade de reformas e apresenta a doutrina e alguns princípios para o novo sistema educacional de ensino para o Estado de Mato Grosso.

De acordo com as Diretrizes, a doutrina para o novo sistema de ensino fica implícita nos princípios que a seguir são enunciados (1965, p.115):

1º - A educação será para o desenvolvimento;

2º - A educação atenderá ao individual, para servir ao social;

3º - A educação servirá ao advento de uma democracia integral;

4º - A educação deve propiciar a evolução contínua da comunidade em busca de autenticidade de valores nos quais se afirmem a dignidade da pessoa e autonomia do espírito.

Partindo desses princípios, o conceito de desenvolvimento, como fenômeno histórico do tempo (datado) e de âmbito universal (situado), encontra o indivíduo e a sociedade imersos em sua problemática. Neste contexto, fica claro que se o indivíduo e a sociedade não se prepararem para o desenvolvimento, entrarão no processo como objetos para servir e não como sujeitos para dele se servir. De acordo com o Governo, não há outra alternativa, a não ser ir em busca do desenvolvimento, que neste caso é considerado como objetivo.

Caso contrário, havendo resistência ao desenvolvimento, significaria falta de conhecimento do progresso, que possivelmente traria consequências previsíveis para todo o Estado de Mato Grosso, o que, segundo o próprio Governo, seria a persistência de uma estrutura social rígida, impedindo a ascensão dos indivíduos, dificultando a renovação de lideranças em bases autênticas e maior valia; a persistência de uma economia de setor primário, com alta concentração de renda, impedindo a consolidação de um mercado interno: a dependência cada vez maior do mercado externo, colocando o Estado em posição satélite de uma economia mais desenvolvida, embotando-lhe a capacidade de autopromover-se; o enfraquecimento das Instituições do Estado e insatisfação social. Prevenindo-se contra essas consequências, o Estado lutaria por uma educação para o desenvolvimento.

Ainda, segundo as Diretrizes (1965), a educação atenderia ao individual, mas não para servir ao individualismo, porque cada indivíduo tem direito à educação e a aprendizagem varia em função das potencialidades de cada um. O conceito de democracia apresentado no terceiro princípio seria aquele comumente expresso no sentido de conciliar os pontos positivos de uma democracia política com os de uma democracia econômica. A educação, que prepararia o homem para esta democracia, desenvolveria nos mato-grossenses as atitudes de racionalidade, de criticidade e de generosidade, capaz de mantê-los na tensão de um permanente diálogo, em busca do bem-estar social.

4 Conclusão

Para a implantação do novo sistema educacional, no Estado de Mato Grosso, seriam necessárias as seguintes escalas de prioridades: a implantação de serviços de educação, a renovação e expansão do Ensino Primário, a regularização do preparo do pessoal, a renovação e expansão do Ensino Médio, o trabalho cultural integrado aos programas educacionais e a Universidade de Mato Grosso.

Para resolver os problemas educacionais do Estado de Mato Grosso seria a adoção de uma unidade de política geral, solidamente planejada, contínua, de acordo com os valores e as exigências de uma civilização industrial e da organização de um sistema moderno de expansão das escolas públicas, de todos os níveis de ensino e, a utilização em larga escala das técnicas modernas de comunicação, de recreação, de arte e cultura que necessita o Estado.

As Diretrizes Educacionais do Estado de Mato Grosso apontam a preocupação do Governo e a necessidade de melhoria no processo educativo das escolas primárias de Mato Grosso. No entanto, essa melhoria dependeria não apenas de boa vontade política, mas de uma proposta político-pedagógica direcionada ao Ensino Primário e que realmente atendesse as reais necessidades dessa clientela, no sentido de propor novas ações, dando novo sentido ao processo de escolarização e, conseqüentemente, a melhoria das condições de trabalho dos professores primários e do processo de ensino e aprendizagem em vigor na educação mato-grossense.

As análises das fontes de pesquisa evidenciam a relevância desse estudo para compreender a história da educação escolar no Estado de Mato Grosso, uma vez que traz o percurso histórico sobre a expansão e a organização da instrução pública, ao cotidiano das práticas educativas e, em certa medida, como eram representadas para o público não especializado em educação, o funcionamento e a organização das Instituições de Ensino. O esforço consiste na integração, na sistematização, na organização e na divulgação de fontes para subsidiar novos pesquisadores que se interessam em aprofundar sobre a história da escola primária mato-grossense.

Referências

- ALVES, L.M.A. Nas trilhas do ensino. Educação em Mato Grosso: 1910-1946. Cuiabá: EdUFMT, 1998.
- CERTEAU, M A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexão sobre um campo de pesquisa. *Teoria Educ.*, n.2, p.177-229, 1990.
- FAZENDA, I.C.A. *Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio*. São Paulo: Loyola, 1988.
- JACOMELI, M.R.M. A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891 a 1927. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Rev. Bras.*

Hist. Educ. n.1, p. 9-43, 2001,

MATO GROSSO. Rolo nº 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. Mensagem do Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa. Assembléia Legislativa, 13 de maio de 1910.

MATO GROSSO. Regulamento da Instrução Pública Primária. Cuiabá/MT, 1910.

MATO GROSSO. Regulamento da Instrução Pública Primária. Cuiabá/MT, 1927.

MATO GROSSO. Relatório apresentado ao Diretor de Instrução Pública Primária de Mato Grosso, 1931.

MATO GROSSO. Diretrizes para a Educação em Mato Grosso. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde – PLAMAT. Cuiabá –

março de 1965.

MICOTTI, M.C.O. Métodos de alfabetização e o processo de compreensão. Arquivos Rioclarenses de Educação. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1970.

ROMANELLI, O.O. História da educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis: Vozes, 2007.

SOUZA, T.F.M. Alfabetização na Escola Primária em Diamantino-MT (1930 a 1970). Cuiabá: UFMT, 2006.

SIMIÃO, R.A.V. História e memória: O processo de profissionalização docente em Mato Grosso (1930-1960). Cuiabá: UFMT, 2004.

ZOTTI, S.A. Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados, 2004.